

**Prefeitura da cidade de São Paulo – Secretária Municipal de Educação –
EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira**

“A Geografia, Serve em Primeiro Lugar para: construir identidades no Território do Povo para Ocupar, Resistir e Construir o nosso Quilombo Cultural”

Projeto de trabalho
apresentado para participação na
“Escola de Projetos da XIV Semana da Geografia da USP”

Professor Responsável: Wladimir Jansen Ferreira

EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira

Rua Professora Nina Stoco, 597,

Bairro de Jardim Catanduva

CEP: 05767-001

São Paulo – SP

Introdução

Antes de discutirmos sobre o espaço público, é importante que reflitamos sobre a função social da escola e a utilização do conhecimento para a reprodução de hegemonias e disparidades sociais.

O conhecimento (e o seu uso) deve ser compreendido como ferramenta de dominação social, tendo a escola um importante papel. A instituição Escola está estritamente integrada à ideia de sociedade. Está relacionada à manutenção e reprodução das relações sociais, ajudando na construção dos saberes da sociedade.

A escola trabalha com a relação do simbólico, ou seja, trabalha com o imaginário dos estudantes e pessoas. Os saberes da sociedade são representações da sociedade sobre si mesma. Todas as sociedades têm relações de noções espaciais, relações com o mundo, percepções do mundo em linguagens. Os lugares determinam relações sociais e as relações sociais são a materialização do lugar (se materializam no lugar).

A escola legitima uma situação pré-existente, onde o lugar de cada um na escala social é determinado pelos resultados escolares. A escola reproduz a divisão da sociedade em categorias sociais distintas, reflete, portanto, a luta de classes nas sociedades. Neste sentido, todas as instituições da sociedade existem para manter a sociedade vigente e a escola existe para este fim.

Para se reverter esta situação pré-concebida, é necessário que o educador modifique métodos e recursos didáticos ou a forma do encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, esta mudança não adiantará de nada se a escola e a estrutura do ensino não forem questionadas, além da necessidade de uma tomada de consciência por parte do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

A escola tem como função política e social, a manutenção das relações sociais. Fazer com que as novas gerações incorporem pensamentos, regras e valores culturais da sociedade e de seu modo de produção. Esta transmissão cultural de valores ideológicos será diferente de acordo com a classe social, ou seja, a escola impõe um tipo de cultura em detrimento das outras. A escola subsume normas que “discipliniza” o aluno, não levando em conta as diferenças culturais, a criatividade dos alunos e nem a sua participação autônoma.

É necessário se modificar métodos e recursos didáticos ou a forma do encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem, além de se democratizar a gestão escolar para a participação dos diferentes atores da comunidade escolar (sejam com os professores, comunidade local, pais e responsáveis, alunos, direção e demais funcionários). Entretanto, esta mudança não adiantará de nada se a escola e a estrutura do ensino não forem questionadas, além da necessidade de uma tomada de consciência por parte do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

A escola que queremos é uma que seja pública, democrática, autônoma, intervencionista na realidade, que estimule o protagonismo juvenil com vias à transformação da sociedade em uma real emancipação social.

Interdisciplinaridade

O método de ensino interdisciplinar luta para romper a barreira dos preceitos educacionais positivistas, pois propõe discussões que levem os alunos a estabelecer relações entre o que estão pesquisando nas diversas disciplinas em relação a um tema em questão. No trabalho interdisciplinar, uma área enriquece o conhecimento sobre outra e o resultado é a construção de um saber mais complexo e menos fragmentado.

A metodologia interdisciplinar parte de liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar. Nesse sentido, a ação pedagógica da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa, que deriva da formação do sujeito social.

Para que a interdisciplinaridade se realize de maneira satisfatória, é necessário que haja muito planejamento entre os professores, que estes saibam sobre a funcionalidade de sua disciplina, além da função social da escola e do conhecimento.

A geografia busca o rompimento com uma educação por migalhas. Que incitar o olhar dos alunos para várias direções. É importantíssimo que o professor de Geografia mantenha e estimule um intercâmbio de ideias com professores de outras disciplinas com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos. O professor de Geografia, justamente por lidar com uma disciplina fundamentalmente interdisciplinar, pode desempenhar um papel “catalisador” das contribuições provenientes das diversas áreas do conhecimento.

Objetivo

O propósito deste projeto é compreender o significado de espaço público, de escola e de conhecimento. Já que conhecimento é poder e este deve ser apropriado criticamente para a real emancipação social. Também será objetivo a construção da identidade territorial do educando e da comunidade escolar.

Serão realizados projetos interdisciplinares que provoquem a comunidade escolar a pensar coletivamente, valorizando a solidariedade, o protagonismo, a identidade (relacionando-a com cultura e ancestralidade), com vias à construção de nosso Quilombo Cultural.

Pautados nos princípios de Diversidade, Identidade, Democracia e Autonomia da escolar e da sociedade, desenvolveremos duas sequências didáticas:

- Somos todos iguais na diversidade: gênero e questão étnico-racial;
- Quem somos nós? Resgatando a cultura popular brasileira e as lutas populares.

Justificativa

É essencial que se rompa com políticas tecnicistas e com uma escola excludente. Demerval Saviani (2003) a chamou de “pedagogia tecnicista”, Luís Carlos de Freitas (1992 e 1995) a chamou de “neotecnicismo” e Paulo Freire (1970) a chamou de “educação bancária”.

Para que tenhamos uma “gestão democrática” de fato nas escolas, necessariamente isto passará pelo processo de democratização da sociedade, por uma melhoria da qualidade da educação e pelo fortalecimento das instituições escolares (tais como o Conselho Escolar e o Grêmios Livres Estudantil).

O esvaziamento político e participativo é a reprodução de uma tradição patrimonialista e autoritária do Estado que não acabará do dia para noite com concessões e ilusões participativas. A superação das contradições elitistas nas escolas, além do esvaziamento político-participativo e a democratização de fato da escola serão atingidas com a superação do modelo de escola vigente e a extinção da sociedade de classes excludente.

O respeito às diferenças dos indivíduos na sociedade, propiciando o respeito à alteridade e o pluralismo, são essenciais para a superação de posturas preconceituosas, que desconsideram as opiniões e a individualidade dos seres.

Para a democratização da escola não é diferente. É necessário que haja a participação democrática dos diferentes atores da comunidade escolar no cotidiano da escola. Esta participação se daria, principalmente na composição do Conselho Escolar, assim como, na elaboração do PPP da escola e na participação em Reuniões Pedagógicas, Conselhos Participativos, Planejamentos, Atividades Lúdicas abertas à Comunidade, Projetos Escolares, Grêmios Livres Escolares, etc.

A democracia escolar é necessária para a superação das contradições presentes na escola e isso colabora imensamente para o aumento da identidade escolar da comunidade escolar, contribuindo, também, para o aumento da aprendizagem significativa dos alunos e da comunidade escolar.

Os diferentes segmentos da escola devem sentir uma identidade positiva em relação à escola, ou seja, se sentir participante dos processos educativos da escola. Se não houver a participação da comunidade escolar, a qualidade da educação, a construção de uma escola democrática e a construção de um ensino emancipador socialmente estará comprometida. A educação e a escola não são algo exclusivo de alguns, mas deve ser assumido coletivamente e conscientemente por todos da comunidade escolar.

Sem consciência não há participação, sem participação não há democracia e sem democracia não há Conselho Escolar, Escola ou educação compromissada com a qualidade social da educação (com vistas à emancipação social).

Uma educação com vista à “emancipação social de todos os indivíduos constituintes da escola” não pode ser compreendida como “instrumento de reprodução alienada de uma sociedade com vistas à reprodução das desigualdades de classes sociais e da lógica mercadológica”. É necessário que se rompa definitivamente com o padrão elitista e excludente na educação, pois esta serve para a reprodução da desigual sociedade capitalista.

Metodologia

Trabalho com roda de conversa para introduzir o tema; pesquisa histórica, debates; passeios relacionados ao tema durante o ano; a música, filmes e documentários; entrevistas com moradores do bairro, conversas com movimentos sociais do entorno da EMEF Sócrates; produção de material (textos, painéis, cartazes e desenhos) para a apresentação.

Pesquisas sobre a história das lutas populares, do grêmio livre estudantil e da necessidade do protagonismo juvenil. Pesquisas sobre dados de gênero e étnico-raciais. Construção de painéis, mapas, vídeos e textos dos alunos sobre o assunto.

Nesse processo de pesquisa, também pretendemos conectar essas histórias à noção de ancestralidade, incentivando a comunidade escolar a compreender sua identidade e sua função cultural.

Avaliação

Deve ser contínua e mediadora, ocorrendo durante todo o processo, trabalhando com escalas diferenciadas, mas não hierarquizadas, partindo do lugar, avaliar se os alunos desenvolveram atitudes de reconhecimento e cooperação.

Bibliografia

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papyrus, 2010.

DUARTE, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento. In: Revista Brasileira de Educação Set/Out/Nov/Dez 2001 Nº 18, Rio de Janeiro: Editora Autores Associados Ltda, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, L.C. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola básica (Anais da 6. CBE). Campinas: Papyrus, 1992.

_____. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papyrus, 1995.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Retirado do site <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3036>. S/D (acessado em 24/02/2012).

HARPER, Babette; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Cuidado, Escola! (desigualdade, domesticação e algumas saídas), São Paulo: Brasiliense, 1980.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

_____; MARICATO, Ermínia. Et. al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HENRY, G. e SIMON, Roger. “Cultura popular e pedagogia crítica: A vida cotidiana como base para o conhecimento curricular”. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Currículo, Cultura e Sociedade. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAZTMAN, Ruben; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

LACOSTE, Y.. A Geografia - Isso Serve, Em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra. São Paulo: Papyrus, 2006.

LEAL, Antônio. Fala Maria Favela – uma experiência criativa em alfabetização. São Paulo: Ática, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, F.. Manifesto do Partido Comunista, São Paulo: Global Editora, 2000.

SANTOS, Douglas. O significado de escola: apontamentos a partir das experiências vividas pelo projeto de “Reordenamento da Secretaria de Educação do Estado do Amapá” (1999-2001). São Paulo: PUC-SP e Governo do Estado do Amapá, 2008.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2003.

SEABRA, Odette. “A Insurreição do uso”, in MARTINS, José de Souza (org) Henri Lefebvre e o retorno a dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade : notas para uma abordagem GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004 disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo2.pdf> Sites-
<http://discutindo-a-des-organizacao.webnode.com/>